

Jornal Económico

20-09-2019

Periodicidade: Semanário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 10000

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 2847 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11

COFMA

Parlamento envia ao MP nomes de bancários que aprovaram créditos ruins

Teresa Leal Coelho entrega à Justiça lista de gestores e gerentes até à terceira linha • “Imparidades no Novo Banco preocupam-me muito”, diz • Ex-gestores da CGD avaliam ação contra EY. • P3, 10 e 11



ENTREVISTA TERESA LEAL COELHO presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

“Já sabemos tudo sobre os créditos ruinosos”

Presidente da COFMA entregou nesta quinta-feira ao Ministério Público um relatório detalhado sobre processos de decisão dos créditos ruinosos concedidos pelos bancos. “Está lá tudo”, diz a deputada.

JOÃO PALMA FERREIRA
E ÂNIA ATAÍDE
jferreira@jornaleconomico.pt

A despedida de Teresa Leal Coelho como presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) fica marcada pela entrega ao Ministério Público da extensa documentação sobre as dívidas bancárias - onde além dos grandes devedores, está todo o processo interno dos bancos relativo à aprovação dos créditos concedidos. Deputada do PSD defende que a situação dos devedores está ao abrigo do segredo bancário e de Justiça, mas a listagem dos dados e técnicos bancários, que analisaram as condições de atribuição de créditos e as respetivas garantias, não está sob segredo bancário, defendeu em entrevista ao Jornal Económico.

Qual é o grau de detalhe que a informação “reservada” tem sobre as grandes dívidas?

O relatório é de tal forma exaustivo que considero que é uma enorme vitória, mais um passo em frente da COFMA na transparência pretendida para a banca. O relatório que nos foi entregue pelo Banco de Portugal (BdP) é extraordinariamente exaustivo. E tem que ser analisado ponto por ponto. Muita da matéria do relatório não está sob nenhum segredo. Temos que preservar o segredo de supervisão e o segredo bancário, tal como está estabelecido na lei. Porém, há muitos elementos que constam do relatório, mas que não estão sob nenhum dos segredos. Dou o exemplo da lista de grandes devedores. Com a lei atual não podemos revelar os grandes devedores. O âmbito e o alcance do segredo bancário pode ser modificado para tentar aprofundar cada vez mais a transparência e o escrutínio no que diz respeito aos devedores, embora tenhamos que fazer sempre o contrapeso entre os interesses públicos e os particulares. As pessoas também têm de ter garantia da preservação de alguns dados da sua vida privada. Esta semana entreguei o relatório ao Ministério Público, juntamente com um ‘memo’ da presidente da COFMA que explica o que está dentro do segredo bancário

e de justiça e o que não é abrangido por segredo bancário. Já tenho os mecanismos que precisava para garantir a segurança, portanto até ao final desta semana início o processo de remissão do relatório para o Ministério Público. Mas a totalidade dos documentos serão entregues na semana seguinte porque é preciso ter a identificação e credenciação das pessoas que vão aceder a este relatório.

Depois disso, nada ficará na mesma?

Julgo que com aquilo que se avançou nos últimos anos - e não falo só nos últimos quatro, apesar de estarmos a fazer o balanço desta COFMA -, nada nunca mais será o mesmo. As pessoas, os contribuintes, os cidadãos, terão cada vez mais necessidade de ter informação sobre a banca.

O regulador acabou por ceder toda a informação à COFMA...

No relatório que recebemos, os elementos estão lá todos. Mas o relatório não é público. É do conhecimento de alguns deputados da COFMA, não de muitos. Quando recebi o relatório do Banco de Portugal a primeira preocupação que tive foi inviabilizar qualquer fuga de informação não identificada. Pedi uma pesquisa sobre *softwares* que dessem essa garantia e acabamos por adquirir um *software* israelita que nos deu toda a confiança. Este *software* não só faz com que qualquer saída de documento seja rastreada, como a marca de água fica em toda a documentação. Foi um *software* que me deu garantia suficiente. Com este *software*, quem toca naquilo fica com o seu nome lá. Esta foi a diferença. Mas o número de pessoas que acederam foi mínimo.

A informação é muito detalhada?

Para dar uma ideia, há informações suportadas por mais de 400 páginas de Excel. Isto para dizer o grau de minúcia. Está lá tudo. Tudo. E, mais uma vez, na COFMA, nós precisamos de recursos, de pessoas suficientes para extrair dos documentos obtidos toda a informação relevante, precisamente para habilitar os deputados a fazerem o seu trabalho. Faz-se a pergunta: os grandes devedores

estão lá todos no relatório? Sim, estão lá todos. É a pergunta que mais suscita interesse, relativa aos grandes devedores. No entanto, há outra pergunta que nunca me fizeram até hoje: é se os grandes decisores estão lá todos. E, sim, os grandes decisores estão lá todos. Mas não oiço ninguém perguntar quem são os grandes decisores. Mas se perguntassem, teriam a resposta, porque não está sobre segredo bancário. E bem.

Então quem são os grandes decisores?

Julgo que não será neste momento que vou fazer este tipo de revelações. Agora, tenho de referir que nenhum grande devedor entrou num banco com uma pistola.

Esses créditos foram autorizados e concedidos com processos e procedimentos legais?

Se são legais ou não são legais, não sei. O relatório vai seguir para o Ministério Público. Eu ainda não remeti o relatório ao Ministério Público e ao Departamento de Supervisão do Banco de Portugal, e não remeti precisamente porque pedi uma adequação do nosso sistema informático, porque quando o Ministério Público ou o Departamento de Supervisão do Banco de Portugal - não sei quem é que dentro do Banco de Portugal está autorizado a aceder aos dados -, eceberem o relatório, vão, se houver, temos de ter garantias de segurança

da informação nos mesmos termos que os deputados tiverem. Mas já está estudado o mecanismo e até ao final desta semana irei remeter esta informação ao Ministério Público.

Ou seja, a salvaguarda do sigilo que foi garantida ao nível parlamentar, também tem de ser mantida nos organismos para os quais siga o relatório?

Naturalmente. Mas há muita informação que consta na lista do relatório que não está sob segredo de justiça. Por isso digo que terei uma nova conversa onde pretendo explicar o que está em causa nesta informação liberta de segredo de justiça. O que significa que cada deputado, ou cada pessoa que tiver acesso àquela informação, pode divulgá-la, porque, como digo, não está sujeita a nenhuma pena de prisão.

No universo dos grandes decisores estão todas as hierarquias da banca, as primeiras, segundas e terceiras linhas do setor que concederam autorização às operações de crédito que posteriormente entraram em incumprimento?

Estão. Sim. Exaustiva. Por isso é que é tanta a informação. Porque tudo é muito exaustivo, muito minucioso no relatório.

Não será só a informação sobre o total em dívida relativo a determinado cliente bancário, mas todo o processo de autorização dos financiamentos atribuídos, com os nomes dos responsáveis bancários...

Quem decidiu. Seja quem for grande devedor, sabe-se quem decidiu cada parcela de crédito que lhe foi concedida. Quem aprovou as garantias. Toda essa informação está lá. Portanto, aquele relatório é um relatório que permite muita avaliação.

Nesse processo de concessão de crédito, que terá tramitações não todas iguais de banco para banco, poder-se-á dizer que há casos de concessão de benesses políticas subjacentes aos empréstimos atribuídos?

Os grandes devedores que estão no relatório estão sob segredo bancário.



Quando abrimos um jornal ou quando vamos ao YouTube, ou a um qualquer *site*, encontramos informação, não digo que seja toda verdadeira, mas há muita coisa que está aí na praça pública e que criou algum alarme público e naturalmente há casos que foram mais mediatizados. A razão pela qual nós defendemos cada vez mais o escrutínio da banca e a transparência é precisamente porque no passado as relações entre alguma banca e o poder político e as empresas, e são sempre os mesmos bancos que fazem negócio com o Estado nos últimos anos - são sempre os mesmos - e fazem negócio com o Estado através das mesmas empresas do Estado - era o caso da PT, e de outras - nos últimos anos efetivamente nós temos informação suficiente sobre isso, nem preciso de estar aqui a elencá-las. Basta dizer isto. São sempre os mesmos bancos que fazem ne-



O âmbito e o alcance do segredo bancário pode ser modificado para aprofundar cada vez mais a transparência e o escrutínio no que diz respeito aos devedores



Cristina Bernardo

conjunto de mulheres em lugares de grande relevância. Mas efetivamente era um mundo fechado. Havia alguma opacidade. Nós tínhamos dificuldade em perceber como se faziam os negócios, como essas deliberações eram tomadas e com que garantias. Mas hoje não podemos deixar de concluir que essa era uma prática instalada nalguma banca. Não quero generalizar: nalguma banca. Por isso referi que houve más práticas em Portugal, como houve más práticas em outros países, entre os quais os Estados Unidos. Agora, nos Estados Unidos julga-se e condena-se em seis meses e em Portugal estamos há cinco anos à espera de um processo. Mas sem dúvida que houve más práticas.

No trabalho da COFMA houve contributos de vários grupos parlamentares e até sinergias entre deputados de áreas políticas muito diferentes. Como foi possível conjugar tantas divergências?

Todos os grupos parlamentares tinham a mesma vontade. Há matrizes nos grupos parlamentares que são de partidos de Governo. Nós sabemos que a responsabilidade com que trabalham estas matérias tem uma natureza distinta da responsabilidade com que trabalham outros grupos parlamentares. O grupo parlamentar do PSD esteve nos anteriores quatro anos e meio de governação a lidar com a banca, com grande eficiência. Porque o desmoronar do império do BES resulta de um 'não' dito por um primeiro-ministro chamado Pedro Passos Coelho. Terá sido, porventura, o primeiro primeiro-ministro que disse 'não' a Ricardo Salgado. Fê-lo, naturalmente, por razões de seriedade, por razões de rigor, e de responsabilidade, mas teve consequências por causa disso. Foi corajoso nessa posição. Não gosto nada quando se diz a um político que foi corajoso, porque fez o que tinha de ser feito. Não gosto. Detesto. Mas agora disse, porque as pessoas dizem isso, que alguém foi corajoso porque fez o que tinha de fazer. Pedro Passos Coelho fez o que tinha de fazer. E por isso interrompeu o ciclo de opacidade no que diz respeito ao BES. Lidou com a maior das responsabilidades nesta matéria. É mais fácil a um pequeno partido, que não é tradicionalmente um partido do Governo, exigir posições mais ousadas. A verdade é que nenhum grupo parlamentar revelou o que quer que seja, que não está sobre segredo bancário, uma informação à qual têm acesso. Isto para dizer que, embora haja matrizes diferentes em razão da posição relativa de cada um dos grupos parlamentares e partidos na sociedade portuguesa, a vontade de escrutínio e de transparência foi comum a todos. Porque, no setor da banca, a necessidade destas injeções de capital foi extraordinariamente nociva para Portugal. ●

É um clube?

Eu não lhe chamava um clube. Mesmo apesar de quase não terem deixado entrar os elementos femininos...

Um clube masculino...

...hoje as coisas estão a mudar. Tivemos uma vice-governadora do Banco de Portugal. E temos um

gócios com o Estado e há um conjunto de relações – aliás, há processos judiciais por causa disso e processos que correm há bastante tempo. Infelizmente na anterior legislatura – gosto de acentuar isto –, apesar de todo o esforço que fiz no sentido de criminalizar o enriquecimento ilícito, que era um instrumento muito eficiente para o combate à corrupção, isso não foi possível. Espero que no futuro seja retomada essa criminalização do enriquecimento ilícito, mas nós vimos o que se passou em Portugal nos últimos anos e vimos efetivamente que pessoas que não tinham modo de vida adequado, não tinham recursos financeiros adequados ao seu modo de vida, tinham um modo de vida manifestamente acima da média, é evidente que muita coisa pela porta do cavalo se passou nas últimas décadas em Portugal e por isso há processos, há denúncias pelos

meios de comunicação social – é preciso é que sejam sustentadas, naturalmente, e há arguidos e até condenados, há processos mais complexos e outros processos que são menos complexos. Mas reafirmo a necessidade de criminalização do enriquecimento ilícito, que é um instrumento muito adequado ao combate. Depois, este mundo da banca, o mundo financeiro, fechou-se muito sobre si próprio. Se olharmos para quem foram os gestores, verificamos que saltaram de banco para banco.

AUDITORIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

“Estou preocupada com as imparidades no Novo Banco”

Teresa Leal Coelho considera necessário aumentar o escrutínio às contas do Novo Banco.

A presidente da COFMA, Teresa Leal Coelho, manifesta-se “muito preocupada” com as imparidades do Novo Banco. Uma das críticas que faz dirige-se à nova auditoria ao banco liderado por António Ramalho, que deixa de fora algumas recomendações do Parlamento sobre o período após a venda à Lone Star. Questionada pelo JE sobre a auditoria pedida pelas Finanças – que não inclui questões como a gestão de imparidades e provisões, a relação entre o Novo Banco e a Lone Star e atuação da Comissão de Acompanhamento e do Fundo Resolução no controlo da gestão do banco –, Teresa Leal Coelho diz avaliar “essa situação com uma enorme preocupação”.

“Acho que se devem pedir contas mais regularmente, inclusivamente a quem faz a supervisão da gestão do Novo Banco”, defende. A deputada do PSD considera que “o modelo de audições que foi implementado relativamente ao Novo Banco seria adequado se toda a informação estivesse em cima da mesa desde o primeiro dia e designadamente no que diz respeito à questão das imparidades”.

“Entre todas as audições que tive referências ao Novo Banco houve uma referência particularmente preocupante, feita pelo presidente da Ordem dos Contabilistas – que tem por missão fazer o escrutínio daquilo que se passa no Novo Banco. Nessa audição na COFMA, a certa altura afirmou, em tom de brincadeira, ‘até lhes pergunto se não estão aqui a registar imparidades a mais’. Isso é particularmente preocupante”, realça.

“Acho que se devem pedir contas mais regularmente, inclusivamente a quem faz a supervisão da gestão do Novo Banco”

A deputada social-democrata justifica que esta “é uma questão particularmente delicada porque o Estado assumiu até 3,9 mil milhões de euros as imparidades com a venda do Novo Banco”. “É uma situação que me preocupa e em relação à qual devemos estar particularmente atentos”, sustenta.

Teresa Leal Coelho realça ainda a contribuição que a COFMA teve no escrutínio às contas da banca, considerando que foi relevante no processo de alteração de mentalidades com que se avalia a atividade do setor financeiro.

“Os próprios gestores da banca não estavam habituados a terminados níveis de escrutínio e transparência ao abrigo de um conjunto de instrumentos de sigilo e segredo, que são necessários. Mas temos que encontrar um equilíbrio com o interesse público”, destacou.

“A COFMA deu passos acentuados no que diz respeito não só à implementação de mecanismos de escrutínio e transparência, que influenciaram também uma alteração de mentalidades junto dos próprios gestores bancários e da filosofia que estava implementada nesse setor”, acrescenta.

Apesar de reconhecer que “houve muito más práticas na banca em Portugal”, estas não foram caso isolado e semelhantes episódios sucederam em outros países europeus. Ainda assim, Teresa Leal Coelho diz que “não diaboliza” o financiamento e as ajudas ao sistema financeiro, “porque efetivamente era preciso salvar a banca em Portugal e há casos de sucesso”.

“A arquitetura do Fundo de Resolução foi pensada para que os contribuintes não injetassem dinheiro nos bancos. Quando falamos de injeção do Estado, que colocou capital na banca, estamos a falar de empréstimos que depois seriam recuperados e a taxas de juro elevadas”, refere.

“Estamos a falar de 23,8 mil milhões de euros de 2007 a 2012, que foram avançados pelo Estado e pelo Tesouro. Deste total, 6,25 mil milhões de euros foram para a Caixa Geral de Depósitos. A grande fatia, 12,6 mil milhões de euros, foi repartida entre o BES, o Banif e o BPN. E para o BCP, BPI e BPP foram 4,25 mil milhões de euros, que já foram recuperados”, aponta. ● AA e JPF